

Fenómenos de palatalização vocálica na România: valor dialectal em território português (continental)

ISABEL ALMEIDA SANTOS
(Universidade de Coimbra)

1. O sistema vocálico do português dito "normal" condiciona, como sabemos, o traço [+arr] ao aparecimento do traço [+rec], dado que não integra vogais [-rec] e [+arr]; tornam-se, assim, redundantes, os traços [arr] e [rec] na identificação de, respectivamente, vogais [-rec] e vogais [+arr] (MATEUS, 1982, 25)¹.

Outra organização e combinação de traços distintivos encontramos-na, no entanto, num conjunto de unidades a que se chama vogais cardinais secundárias e que se distinguem das oito cardinais primárias precisamente pela diferente conjugação dos pormenores articulatórios da localização e do arredondamento labial; aí se integram unidades anteriores labializadas (que, no contexto desta exposição, nos interessam particularmente) e unidades que, sendo recuadas, não apresentam a labialidade própria das unidades cardinais primárias correspondentes (LADEFOGED, 1982, 202; CLARK, 1990, 63).

Do ponto de vista acústico, as vogais anteriores labializadas ([-rec] e [+arr], portanto), como [ú] ou [ö], apresentam formantes inferiores com valores idênticos aos das vogais que possuem sensivelmente o mesmo grau de abertura, mas registam, para os formantes superiores, valores de frequência mais baixos que os das vogais [-rec] e [-arr]; a descida do valor de F2 é consequência da protrusão dos lábios (LOURO, 1954-1955, 239; MATEUS, 1990, 172).

Como começámos por frisar, estes timbres vocálicos não constam dos tipos sonoros "normais" em português. Aliás, tanto as vogais anteriores labializadas como as posteriores não labializadas são pouco comuns na maioria das línguas. De facto, e como salientam Clark e Yallop (CLARK, 1990, 70), as línguas parecem favorecer o arredondamento para as vogais recuadas, mas inibir esse movimento articulatório quando se trata de vogais adiantadas: assim, são poucas as línguas que distinguem vogais recuadas [+arr] de vogais recuadas [-arr]². Por outro lado, nos sistemas vocálicos que integram unidades [-rec] e [+arr] estas

surgem, normalmente, ao lado de (e não em vez de) vogais não arredondadas: veja-se o caso bem conhecido do francês que distingue, por exemplo, *tout* ('tudo') de *tu* ('tu') mas apresenta, igualmente, distinções do tipo *lu* ('lido') / *lit* ('lê').

Para LADEFOGED (1982, 205), é o princípio segundo o qual as unidades fónicas de uma dada língua se mantêm acusticamente distintas de modo a tornar simples ao ouvinte a tarefa de as distinguir («*principle of sufficient perceptual separation*») que explica por que razão alguns sistemas de vogais são mais prováveis que outros e, assim, o carácter de excepção que marca aquele tipo de unidades. Desse modo, e no cumprimento estrito desse princípio, as vogais articulatoriamente anteriores são normalmente [-arr] e as articulatoriamente posteriores tendem para a característica inversa, pelo que entre estas unidades se mantêm uma distância máxima.

2. Não obstante o latim desconhecer unidades desta natureza, vogais mistas ou intermédias surgem em diferentes línguas românicas. Como é sabido, estas seguem, na sua maioria, o sistema itálico ou, na expressão de Nigel VINCENT (1988), o "Proto-Western-Romance" (PWR), uma das possibilidades evolutivas do sistema vocálico do latim clássico³. Esta coincidência não impede, no entanto, que os percursos evolutivos dos diferentes idiomas se apresentem, nalguns casos, muito dissemelhantes, afastando-se em graus variados daquele que lhes está na génese.

A este propósito merece especial menção o francês que, entre outros desenvolvimentos específicos, apresenta fenómenos de palatalização vocálica que não só conduzem à inflexão de A latino em posição livre e acentuada, como dão origem ao aparecimento de uma série de vogais mistas. Entre as tendências evolutivas do francês, a palatalização é mesmo, na opinião de P. BEC (1971, 12), o fenómeno mais característico, participando decisivamente quer na transformação do sistema vocálico, quer na evolução do consonântico. Assim, no domínio linguístico francês, *ü* é o resultado regular de *Ū* latino em todas as posições e contextos em que aquele fonema não é elidido, nasalizado ou alterado por iode, enquanto *ö* (actualmente de timbre aberto ou fechado em função do contexto em que ocorre) tem, na sua origem, as vogais posteriores de grau médio de abertura que constam do inventário do latim tardio⁴. Podemos, então, afirmar, como Inês LOURO (1954-1955, 227), que este tipo de vogais geneticamente corresponde às vogais posteriores palatalizadas.

Não obstante o facto de a série de vogais palatais arredondadas constituir um traço definatório da fisionomia fonético-fonológica do francês actual, o resultado palatal de *Ū* latino não surge na totalidade do espaço galo-românico; assim, encontramos o timbre velar [u] fundamentalmente em regiões periféricas com tendências arcaizantes o que, de imediato, indicia tratar-se de um fenómeno de conservação (TUAILLON, 1968, 100-120).

Outro fenómeno de palatalização vocálica de extrema importância para a configuração actual da língua francesa conduziu à inflexão de A latino nas condições que já referimos. A deslocação desta vogal para a série anterior constitui um dos desenvolvimentos mais expressivos da fonética histórica francesa,

marcando inúmeros *itens* lexicais e vários aspectos da flexão verbal. Pela actuação deste fenómeno, que se supõe ter sido desencadeado no final do séc. VI no norte da Gália, o francês distingue-se das outras línguas românicas, considerando aqui, também, o provençal (ou occitânico) e o franco-provençal (BOURCIEZ, 1967, 55; FERNÁNDEZ GONZÁLEZ, 1993, 3).

Pela conjugação destes fenómenos, aos quais temos que associar a exploração particular do fenómeno de nasalização das unidades vocálicas, o francês adquiriu, entre os "grandes" idiomas românicos do Ocidente, um carácter inovador que nenhum outro iguala.

3. O conservadorismo global das restantes unidades idiomáticas não impede, no entanto, que no seu interior se detectem fenómenos evolutivos de palatalização idênticos aos registados no domínio galo-românico. Vamos, assim, encontrar vogais mistas (sobretudo [ü]) e o fechamento de A em E no espaço italo-românico, no reto-friulano (designação que P. BEC [1971, 312], prefere às de reto-românico, rético, romanche ou ladino) e, em Portugal Continental, em áreas precisas a que nos referiremos a seguir. O facto de esses fenómenos marcarem variedades linguísticas com estatuto social e/ou dimensão geográfica diferentes reveste-os de particular interesse e coloca ao investigador questões históricas algo complexas.

No que se refere ao domínio italo-românico, marcado fundamentalmente pela diversidade e pelo conservadorismo dialectais, são duas as áreas onde se registam vogais mistas: a zona galo-italiana⁵, a norte, e, sem continuidade, alguns pontos da região centro-meridional. Na opinião de G. DEVOTO (1978, 164), a distância que separa as duas zonas impede que a coincidência seja explicada com base em contactos, nas suas palavras, «genéticos ou primitivos». Assim, enquanto, no primeiro caso, as vogais mistas surgem como resultado de uma evolução regular (do desenvolvimento de Ū e Ő respectivamente para [ü] e [ö]) e se explicam no contexto das relações com a Gália e do prestígio linguístico que daí irradiou, o aparecimento de vogais desta natureza nas regiões centro-meridionais deve, segundo o mesmo autor, ser interpretado no quadro da diversidade sistémica própria das estruturas vocálicas da área, onde se conjuga com outras particularidades num processo de profunda fragmentação linguística, normalmente atribuída ao substrato ilírico. Resta, no entanto, esclarecer, que mecanismo(s) desencadeou(-aram) esse tipo de reorganização do sistema em áreas restritas e bem delimitadas.

Também característico do galo-italiano, mas atingindo igualmente regiões centro-meridionais, é a palatalização de A latino; embora, à semelhança do que acontece no galo-românico, a alteração de timbre da vogal central esteja geralmente relacionada com a estrutura da sílaba, deparamo-nos, no território linguístico italiano, com um panorama muito complexo, em virtude da multiplicidade de situações em que o fenómeno se desenvolve.

O reto-friulano apresenta, tal como os dialectos da Alta Itália, afinidades evidentes com o galo-românico; assim, e sobretudo no que se refere às suas variedades suíças, este complexo idiomático integra igualmente a área românica de

palatalização em [ü], a esse fenómeno associando-se o de palatalização de A>E; à semelhança do que sucede no italo-românico, também aqui este desenvolvimento se processa em condições diversificadas.

4. Embora o sistema vocálico do português reflita, sincronicamente, a actuação de diferentes fenómenos que perturbaram a correspondência directa com as unidades do sistema itálico, a sua evolução foi bem menos complexa que a de outros idiomas românicos: assim, preservam-se as sete vogais em posição tónica; não ocorre a ditongação das vogais médias; nem a unidade central em sílaba acentuada nem as vogais posteriores são afectadas por fenómenos de deslocação para a série palatal. Vogais articulatória e acusticamente mistas e unidades palatais com origem no fonema central latino surgem, então, no interior do nosso espaço linguístico, como traços dialectais específicos de determinadas regiões, recenseados, desde Leite de Vasconcelos, por vários estudiosos e pelos resultados dos inquéritos realizados para diferentes Atlas Linguísticos⁶.

A inflexão vocálica de A em E apresenta a particular curiosidade de marcar, na Península Ibérica, duas regiões principais, geograficamente descontínuas: a zona de Ancares e o Centro Interior português, definindo, aqui, uma área de considerável extensão: limitada a norte pelo distrito da Guarda atinge uma faixa a sul de Portalegre e, a leste, a fronteira política; no seu extremo ocidental, esta área integra as povoações de Sobral, Oleiros e Sertã. A palatalização de A apresenta-se com assinalável expressividade em ambas as áreas ibéricas onde se regista e a distribuição sociolinguística com que se apresenta (segundo dados avançados por FERNÁNDEZ GONZÁLEZ [1993, 16]) indicia-a como um fenómeno antigo.

Embora o Centro Interior se destaque pela regularidade do fenómeno em referência, encontram-se ainda vestígios noutros pontos (galego-portugueses), mais ou menos distantes das áreas principais e de que destacamos a região de Entre-Douro-e-Minho, com abonações já no séc. XIII (MAIA, 1986, 429, nota 6); este dialectalismo motivou mesmo algumas considerações a Paiva BOLÉO (1974, 326) que, no entanto, deu conta das restrições à ocorrência do fenómeno na área:

[uma] das modificações fonéticas mais curiosas, extensiva a grande parte do Minho, mas não assinalada em todas as localidades dessa área nem em todas as palavras, é a representação de *a* por *e*⁷.

Torna-se aqui interessante notar que essa não é a única afinidade linguística entre as duas regiões salientada por Paiva BOLÉO (1974, 334) que também localiza, no que ele apelida de "falar de Castelo Branco e Portalegre" (bem como em alguns pontos do "falar meridional"), fenómenos fonéticos típicos do "falar minhoto". É o caso da ditongação, em posição final, da vogal central nasal -ã que, nalgumas localidades do "subfalar de Castelo Branco", passa a -ão⁸.

Prova da expressividade do fenómeno e do seu valor como traço próprio da unidade dialectal aí delimitada é a coincidência global que se pode observar entre as linhas correspondentes a diferentes vocábulos que atestam essa alteração vocálica e cujas isoglossas foram traçadas por Clementina DUARTE (1950, cap. IV e mapas XI, XII, XIII e XIV): trata-se das formas alteradas dos vocábulos *geada*, *cu-*

nhado, curral, animal, cigarro e alguidar. A extensão do traço a palavras como *cigarro* e *alguidar*, não pertencentes ao fundo latino, revela a vitalidade do fenómeno que, assim, parece actuar em épocas diferentes da nossa história. Prova disso (ainda segundo FERNÁNDEZ GONZÁLEZ [1993, 28]) é o modo como os falantes, portugueses ou ancareses, o ampliam para palavras importadas.

A análise do fenómeno em território ibérico e o seu confronto com a situação dos outros domínios linguísticos românicos marcados leva Fernández González a considerar que, na verdade, se trata de fenómenos distintos no seu funcionamento e nas suas origens: nas zonas galo-, italo- e reto-românicas, o movimento é comandado fundamentalmente pela estrutura silábica; nas zonas ibero-românicas, o fenómeno é desencadeado pela qualidade dos segmentos vizinhos, concretamente pela presença, numa sílaba anterior, de uma unidade (semi)vocálica alta, palatal ou velar⁹.

Por outro lado, o aparecimento de [ü] (e [ö]) em Portugal Continental conforma, à semelhança do que acontece com os pontos registados no Centro e Sul de Itália, uma área onde a vogal mista surge sem continuidade relativamente ao vasto e principal domínio formado pelo galo-românico, pelo reto-friulano e pelo galo-italiano. Do confronto da situação das áreas marcadas em Portugal e dos pontos registados nas regiões centro-meridionais de Itália, ressalta a considerável amplitude das primeiras, sem correspondente em nenhuma das outras áreas linguísticas da Península Ibérica.

Tradicionalmente, a ocorrência de [ü] é registada na região onde localizámos a palatalização de A, isto é, no Centro Interior, e, ainda, no Barlavento algarvio; nestas áreas, relativamente vastas, o fenómeno apresenta, de facto, grande vitalidade e afecta, mesmo, vogais em sílaba átona. Das referências a outros pontos, mais ou menos dispersos e eventualmente indicadores de situações ou fenómenos algo diferenciados, salientamos os relativos à Beira Litoral, que já Leite de Vasconcelos considera na localização do fenómeno, e vamos prestar especial atenção ao distrito de Coimbra.

No mapa *A vogal mista [ü] em Portugal*, Luísa S. da CRUZ (1987, 301) cartografa, para esta área, os pontos relativos à Tocha, a Quiaios, à Murtinheira, a S. João do Campo e a Soure, embora refira ocorrências «também noutras localidades do distrito de Coimbra» (CRUZ, 1987, 296). De facto, a consulta do Inquérito Linguístico organizado por Paiva Boléo (ILB) e lançado entre 1942 e 1974 permite ampliar a área, acrescentando-lhe alguns pontos: obviamente, para cada um deles será necessário averiguar a sobrevivência ou o grau de vitalidade (que os inquéritos revelam muito diferenciada) do fenómeno. Aliás, o confronto entre os dados adiantados por Leite de Vasconcelos (partindo do princípio de que as suas observações, nomeadamente sobre Trás-os-Montes dão conta do mesmo fenómeno¹⁰) e os registos mais recentes evidenciam um recuo do fenómeno, o que realça, por contraste, a especificidade das áreas ainda marcadas. De qualquer forma, é interessante frisar que estes materiais (na sua contextualização epocal própria) permitem concluir, nas palavras do organizador do referido Inquérito, que «a vogal mista ü ocorre em várias províncias portuguesas, do

Minho ao Alentejo, e não apenas na Beira Baixa, como geralmente se supõe» (BOLÉO, 1969-1971, 875). No que se refere ao distrito de Coimbra registam-se, então, alguns pontos mais no seu interior (concelhos de Penacova, Pampilhosa da Serra e Miranda do Corvo) e ao longo da linha Coimbra-Figueira da Foz (concelhos de Coimbra, Montemor-o-Velho e Figueira da Foz). Os pontos que, assim, é possível cartografar formam, com os registados na Beira Interior, uma linha (na actualidade?) não totalmente preenchida ou com áreas de fraca densidade (pela quase inexistência de registos na zona mais interior do distrito de Coimbra) que atravessa, horizontalmente, o território nacional e desenha os contornos de uma área muito vasta.

Das informações que recolhemos para o distrito de Coimbra, queremos salientar o seguinte: a) a freguesia de Quiaios surge, de facto, como uma zona onde a particularidade em estudo se destaca pela expressividade com que ocorre; b) a localidade de Vila Pouca do Campo (freguesia do Ameal, concelho de Coimbra) apresenta, a este nível, uma situação idêntica, revelando, os inquéritos referentes a estes pontos, um número abundante de formas, entre as quais encontramos várias registando o fenómeno em sílaba átona. Em nenhum dos outros pontos recenseados pela consulta do material se detecta este tipo de vitalidade que, entre 1991 e 1993, tivemos oportunidade de confirmar em ambas as áreas referidas. Se tivermos em consideração que os inquéritos em causa foram realizados nas décadas de 40, 50 e 60 e que as áreas descritas, pela proximidade dos centros urbanos, estão expostas a variados mecanismos de nivelção, teremos que reconhecer que este particularismo local manifesta um assinalável poder de resistência às forças de uniformização linguística.

Além da vogal mista [ü], reencontramos nas diferentes zonas um timbre vocálico da mesma natureza, mas com grau de abertura intermédio: [ö] ou [ó], de acordo com o grau mais ou menos acentuado de palatalização. Na Beira Baixa e Alto Alentejo, [ö] é o resultado da simplificação do ditongo *ou*; no Barlavento do Algarve, e segundo dados de Luísa S. da CRUZ (1987, 204), [ó] resulta do mesmo processo de monotongação, mas ocorre ainda substituindo /o/ em hiato ou em sílaba entravada por vibrante. Para o distrito de Coimbra, o material do ILB apresenta-nos a vogal mista intermédia como o primeiro elemento dos ditongos *oi* e *ou* na maioria dos casos, embora também se registem formas em que representa o resultado da sua redução ou uma forma de realização do fonema /o/. Poderemos interpretar a situação mais frequente como uma etapa intermédia que, provavelmente evoluirá para a situação registada na Beira Interior? Aqui, o aparecimento de uma vogal mista de grau médio de abertura serve, mesmo, para resolver eventuais quebras de funcionalidade do sistema resultantes da redução do ditongo *ou*, não se confundindo o resultado desta com o timbre proveniente das vogais latinas.

Estabelece-se, assim, em Portugal, um curioso paralelismo entre três zonas, geograficamente descontínuas; se os pontos recenseados no Centro Interior e Litoral motivam a ideia de uma primitiva unidade linguística (sendo, neste caso, particularmente curioso o facto de ser sobretudo a zona ocidental da Beira Litoral e não a zona interior a marcada), já o Barlavento algarvio surge como

uma zona totalmente dissociada destas em termos geográficos. A afinidade que a ocorrência de um timbre vocálico misto permite estabelecer entre as referidas regiões é reforçada pelo facto de esse não aparecer, no domínio do sistema vocálico, como um facto isolado; na verdade, quer no Centro Interior, quer no Ocidente do Algarve, este tipo vocálico surge associado a inúmeras transformações que dão origem a sistemas consideravelmente mais complexos que o descrito para o português padrão: enquanto na zona de Castelo Branco e Portalegre são fundamentalmente fenómenos da fonética histórica do francês e a recorrente associação dos traços [+ant] e [+arr] que levam à definição de um sistema com maior número de unidades, no extremo sudoeste do país deparamo-nos com uma estrutura de oito vogais tónicas, resultante da transformação em cadeia de todo o sistema vocálico¹¹. A sobreposição, no Centro Interior, dos diferentes fenómenos de palatalização vocálica que temos vindo a referir confere à unidade dialectal aí constituída uma fisionomia muito característica.

Por seu turno, a zona que destacámos do concelho de Coimbra (Vila Pouca do Campo, na freguesia de Ameal) inclui-se nos chamados Campos do Mondego, região onde Paiva BOLÉO (1974, 332-333) localiza uma variedade idiomática que se destaca, no interior de uma área globalmente inexpressiva, por uma entoação característica e um vocalismo particular. Os inquiridos que lançámos em Vila Pouca do Campo confirmam que é precisamente a nível da realização das vogais e da entoação, segundo os seus depoimentos "arrastadas" e "cantada", respectivamente, que os falantes-informadores localizam a especificidade linguística da aldeia.

Reforçando as similitudes entre esta e as outras duas áreas referidas, aí encontramos igualmente, ao lado de [ü], alterações de qualidade vocálica que, sobretudo para as séries anterior e central, parecem semelhantes às que caracterizam o Barlavento do Algarve. Entre outras transformações, chamam particularmente a atenção a abertura de ambas as vogais médias [+ant] e o arredondamento e ligeiro recuo a que é sujeita a vogal central aberta que, assim, se aproxima, em termos perceptivos, da vogal [+baix] da série posterior. O alofone com que o fonema /e/ surge actualizado antes de consoante ou semivogal palatais é igualmente desse tipo, embora apresente um timbre mais fechado. No ditongo, oral ou nasal (*ei*; *em/ãe*), este tipo de deslocação articulatória do núcleo silábico leva, frequentemente, ao desenvolvimento de uma semivogal velar inicial e leva, frequentemente, ao desenvolvimento de uma semivogal velar inicial e muito ténue que transforma a sequência num tritongo, marca já apontada por Paiva Boléo como típica da variedade dos Campos do Mondego. Aliás, os particularismos que este dialectólogo localizou na área traduzem, fundamentalmente, e tendo como ponto de referência uma variedade "normal" do português, a tendência para uma deslocação das vogais centrais e anteriores médias (BOLÉO, 1974, 333). Os exemplos que, em momentos de reflexão metalinguística, os informadores apresentaram para ilustrar a especificidade idiomática da sua comunidade atestam sobretudo os fenómenos de alteração das unidades da série anterior, naturalmente reproduzidos num grau extremo; recolhemos, assim, exemplos do tipo: *borrago* para *borrego*; *cabaça* para *cabeça*; *Zá* para *Zé*.

A descrição até aqui feita, não deixando de ser parcelar, põe em evidência que as vogais ditas “mistas” surgem num contexto global de transformações do sistema vocálico, nem sempre coincidentes, mas com muitas afinidades. Há, no entanto, que salientar que [ü] se destaca em todas as áreas como o traço mais expressivo e individualizador e como aquele que, portanto, mais directamente obriga a relacionar as diferentes regiões onde ocorre: aparentemente, o facto de a uma vogal palatal (ou consideravelmente avançada) se associar o arredondamento labial máximo de [u] sem que tal implique, ao contrário do que acontece no francês, a constituição de nova unidade fonológica, favorece a sua adopção.

5. Dada a sua expressividade, a vogal mista [ü] foi por nós seleccionada como variável sociolinguística (SANTOS, 1994), permitindo-nos avaliar os grandes parâmetros da organização interna da comunidade de Vila Pouca do Campo. Propúnhamo-nos, portanto, analisar o comportamento de um grupo sociologicamente heterogéneo de falantes face a uma particularidade dialectal concreta; os dados assim obtidos permitem-nos, superando as possibilidades da dialectologia tradicional, averiguar a extensão e vitalidade da variável no interior da comunidade. A análise do material não foi, por isso, feita com base na (in)existência do particularismo, mas sim pela definição de diferentes (4) níveis de ocorrência.

Pelo recurso ao quadro teórico e metodológico da sociolinguística variacionista, foi-nos possível estabelecer uma relação muito próxima entre a expressividade com que se manifesta o fenómeno e as variáveis sociológicas **sexo e idade**: nesta comunidade, são as mulheres e os mais idosos que palatalizam com mais frequência a vogal [u]. No entanto, o facto de na sociedade rural portuguesa estes factores estabelecerem, com os outros por nós seleccionados (**ocupação e grau de instrução**), relações de interdependência muito estreita torna difícil a apreensão do factor verdadeiramente actuante no desempenho verbal dos indivíduos: de facto, os diferentes aspectos sociológicos interagem de tal modo que, por exemplo, as diferenças que detectámos no comportamento linguístico entre sexos se esbatem à medida que diminui a idade e à medida que aumenta o grau de escolarização dos falantes. Fomos, por isso, obrigados a analisar o problema numa outra perspectiva, recorrendo a um quadro de trabalho mais recente no interior da sociolinguística: o modelo das redes sociais. Concluimos, então, que o grau de expressividade com que a palatalização de [u] se manifesta depende do grau de integração do falante na comunidade rural e da natureza da sua rede pessoal de relações: basicamente, a estrutura desta é determinada pela colocação no mundo profissional. Assim, o indivíduo apresenta uma rede rural quando o espaço exterior, com destaque para o urbano (Coimbra), se situa numa zona periférica de relações; apresenta uma rede que definimos como mista (dado que considerámos não haver razões para distinguir situações de rede urbana indicadoras de um total afastamento do núcleo socialmente constituído pela aldeia) quando o exterior se localiza numa primeira zona de relações. Como é fácil de entender, quanto mais frequentes e regulamentados (pela inserção profissional ou pelo percurso escolar) são os contactos com o meio

urbano – quanto mais urbanas são as redes preferenciais de convívio –, menos expressivo se revela o fenómeno em causa; nestas condições é, mesmo, muito frequente a inexistência de tal dialectalismo. Torna-se, então, globalmente predominante o timbre velar (padrão), registando-se igualmente alguns timbres intermédios resultantes de um ligeiro avanço em relação à zona mais recuada. Deste modo, revela-se-nos, em sincronia, uma situação de coexistência de variantes que obedece a determinada regulamentação sociolinguística, sobretudo do ponto de vista diastrático. A sua relação com o factor idade leva-nos a considerar a palatalização de [u] um facto antigo e permite-nos perspectivar a variação em que se encontra a vogal mista como uma situação de mudança em tempo aparente. Dado que as condições sociológicas dos espaços rurais tradicionais, com as quais se relaciona a preservação de [ü], vêm progressivamente a ser alteradas, a mudança linguística que julgamos estar em curso parece orientar-se no sentido das formas padronizadas. Não é, no entanto, de desconsiderar o poder aglutinador que a comunidade, não obstante as mudanças estruturais recentes, mantém: o facto de a povoação se localizar a escassos quilómetros de Coimbra, permite-se facilita a penetração de modelos sociais e linguísticos exteriores, também permite aos seus falantes o aproveitamento dos recursos do núcleo urbano sem a alteração de parte dos seus hábitos sociais. Por outro lado, a inconsciência linguística que, globalmente, a comunidade revelou relativamente à existência de [ü] permite a sua não estigmatização e, portanto, beneficia a sua preservação.

6. Constatada a importância dos fenómenos de palatalização que motivam estas observações na definição de espaços dialectais em território português, imediatamente se coloca a questão da origem e datação desse tipo de singularidade.

No que se refere concretamente à palatalização do fonema velar latino no espaço galo-românico, as teses mais divulgadas para a explicar são, fundamentalmente, de dois tipos: ou se argumenta com a influência do substrato celta (o fenómeno assim motivado seria consideravelmente antigo, já que se teria processado no período de bilinguismo que se seguiu à invasão romana) ou se refere a dinâmica interna do sistema que se transforma para manter a sua funcionalidade¹². Para explicar a ocorrência deste tipo de timbre vocálico em unidades idiomáticas “menores”, reproduzem-se globalmente as grandes teses mencionadas, uma e outra deparando-se, no entanto, com problemas consideráveis e revelando-se incapazes de, *per se*, dar conta de todas as ocorrências; a consequência imediata é a dificuldade de localização temporal do fenómeno e, assim, as datações distribuem-se num eixo temporal que abrange mais de sete séculos (séc. III-XI), o que leva G. TUAILLON (1968, 100) a comentar, em tom jocoso:

je crois même que c'est un record dans le désaccord entre linguistes.

Para o esclarecimento da questão é fundamental abandonar dogmatismos, eventualmente admitindo que os factores internos e externos (que podem ser específicos de cada área) interagem no desencadeamento e condução de determinados passos evolutivos: aliás, este tipo de análise facilmente se harmoniza com as concepções estruturalistas sobre a mudança linguística, isto é, com o

princípio de que os factores externos se subordinam aos imperativos do sistema, desencadeando apenas as transformações que este permite. A grande questão é que, se as reorganizações sistémicas a que as vogais mistas surgem associadas obrigam a equacionar questões de natureza estrutural no desenvolvimento do fenómeno, o facto de este não se ter desencadeado noutras áreas, linguisticamente afins, inibe uma explicação meramente interna para a sua motivação.

Dada a natureza das objecções (de carácter geográfico e cronológico) que se levantam à explicação substratista de [ü], na análise desta questão, considera-se, para Portugal Continental, a hipótese de essa vogal mista ser o resultado (ou um dos resultados) de um processo de contacto de línguas e aculturação, no qual seriam intervenientes as populações autóctones e os cavaleiros franceses das Ordens Militares do Templo e do Hospital: de facto, é digna de realce a coincidência que, de acordo com a distribuição das áreas de implantação das Ordens Militares que participaram no movimento da Reconquista¹³, se estabelece entre a grande área de domínio dos Templários e Hospitalários (Centro Interior) e a localização (mais ou menos sobreposta) dos fenómenos fónicos que temos vindo a apreciar. O registo de [ü] em Soure reforça, à primeira vista, aquela hipótese, já que foi igualmente domínio da Ordem do Templo uma outra área que abrangia aquela localidade do distrito de Coimbra (e primeira sede dos Templários) e Pombal (no distrito de Leiria). Na mesma ordem de ideias, a informação de que, além destas áreas mais ou menos vastas, ambas as Ordens possuíam património disperso em inúmeros distritos, fundamentalmente do Norte e Centro do país, pode ser orientada para dar conta da extensão e dispersão da área onde, segundo os dados do ILB, ocorre (ou ocorria) o fenómeno de palatalização em [ü]. A faixa centro-litoral propriamente dita e o Algarve (zonas linguisticamente marcadas pela ocorrência da vogal mista [ü]) não se incluem, no entanto, nas zonas de autoridade daquelas instituições; por outro lado, a vasta faixa fronteiriça que, no Baixo Alentejo, inclui Moura e Serpa e que foi doada aos Hospitalários, não regista, segundo os dados compilados por Luísa S. da Cruz, casos de palatalização do timbre velar¹⁴.

Se, não obstante estes factos, aceitamos o fenómeno de palatalização de [u] como uma importação, teremos necessariamente que o localizar, em Portugal, entre os sécs. XII e XIII, época em que se processou a Reconquista e o repovoamento do território, e que aceitar como foco de difusão a área que ficou ao cuidado das instituições monástico-militares referidas. Naturalmente, aceitar esta tese obriga a estabelecer entre a área central e a do Barlavento algarvio uma relação de dependência baseada em antigos movimentos migratórios. Numa primeira análise, esta eventualidade não contraria o que se conhece do processo de repovoamento do território, fundamentalmente resultante de movimentos migratórios internos e não de correntes migratórias estrangeiras. No entanto, é interessante notar, pelas consequências linguísticas que tal facto pode produzir – recordem-se as referências de Paiva Boléo às semelhanças entre o “falar minhoto” e o “de Castelo Branco e Portalegre” – que a colonização que acompanhou e seguiu, para Sul, o movimento da Reconquista funcionou sobretudo como forma de diluição da concentração demográfica do Noroeste português¹⁵. A mobilidade

demográfica que, daí, resulta pode, então, explicar os paralelismos evolutivos a que nos referimos; ao mesmo tempo, a distribuição de população que entretanto se consolidou e que confere ao Sul, no séc. XIII, um aspecto semi-desértico (pelas vastas regiões pouco habitadas que separavam os grandes centros populacionais) pode explicar a conservação descontínua destes particularismos.

A explicação do registo de vogais mistas em Portugal Continental como consequência da influência francesa directa exercida na altura da Reconquista foi uma hipótese que, a Lindley Cintra, se afigurou plausível, dado que a zona marcada do Centro Interior apresenta, em co-ocorrência, diferentes fenómenos próprios da fonética histórica do francês. Esse facto serviu igualmente de argumento a Clementina Duarte que, em 1950, apresentou o mesmo tipo de motivação externa para o fenómeno de palatalização de A>E. Tentando conciliar essa hipótese com o facto de o fenómeno (a influência linguística francesa, segundo a autora) não ter expressividade noutros centros onde, igualmente, se instalaram essas ordens monástico-militares (como Soure, Pombal ou Leça do Balio), Clementina DUARTE (1950, 241) evoca as diferenças de estrutura demográfica entre o Litoral e o Interior: enquanto aqui «[já] existia uma população ciente dos seus hábitos linguísticos, em que a acção inovadora de uma minoria recém-vinda nenhum efeito sensível tendente a produzir diferenciação dialectal, poderia ter accionado», o povoamento da área delimitada pelas isoglossas referentes à transformação A>E efectuou-se com a deslocação de grupos pouco numerosos de colonos obrigados a contactar diariamente com os cavaleiros franceses, seus suseranos; esta circunstância tê-los-ia tornado permeáveis à interferência linguística.

Efectivamente, a quase inexistência de concelhos imperfeitos (organização própria dos territórios herdados e não conquistados) fundados até finais do séc. XIII na Beira Baixa, Além-Tejo e Algarve, a concentração, nestas mesmas áreas, das grandes doações régias (que incidiam quase sempre sobre terras recém-conquistadas e menos povoadas, casos da Beira-Baixa e Além-Tejo) a mosteiros e Ordens Militares e o diferente ritmo de avanço na progressão para Sul correspondem a contrastes assinaláveis entre o Centro Interior e o Centro Litoral no que se refere à estrutura demográfica na época da Reconquista (AZEVEDO, 1937, 13-14).

Ao integrarmos estes dados na análise da tese da influência francesa, temos que considerar, então, mais que a importância dos números relativos aos contingentes populacionais e ao carácter novo ou antigo das povoações, a actuação do factor prestígio de que as Ordens Militares estavam impregnadas no desencadeamento do(s) fenómeno(s) em análise. Esse é um conceito que a sociolinguística integrou no seu quadro teórico e que, de facto, se tem revelado muito produtivo na análise de fenómenos de mudança. Já para o domínio linguístico italiano, G. DEVOTO (1978, 164 e 189) considera a resistência e o prestígio dos modelos linguísticos irradiados das regiões bizantinas de Ravena e Ancona uma das possibilidades explicativas da não ocorrência de vogais mistas na área do Véneto (parte oriental do Norte de Itália). No entanto, a questão da influência cultural que os grupos de cavaleiros franceses e, mesmo, as colónias francas instaladas no Ribatejo no reinado de D. Sancho I exerceram sobre as populações

autóctones não é objecto de grandes comentários por parte dos historiadores que consultámos; sabemos, apesar de tudo, que as sociedades cristãs da época davam primordial importância aos “profissionais da guerra”, assim como se supõe que a «vida religiosa dos concelhos do interior, menos urbanizados, sobretudo no Centro e Sul, deve ter sido fortemente influenciada pela sujeição de muitos deles às Ordens Militares» (MATTOSO, 1993a, 236). A grande questão é explicar a ocorrência de [ü] na freguesia de Quiaios e na localidade de Vila Pouca do Campo, pontos do distrito de Coimbra onde esse timbre vocálico se verifica com mais expressividade e que, eventualmente, teriam integrado uma área mais vasta. Por um lado, sabemos que a faixa marítima, pela sua importância, atraiu desde cedo as populações; Quiaios, de cuja existência há informações desde o séc. IX (897) surge, precisamente, em posição de destaque nesse tipo de movimentos. Por outro lado, Ameal, actualmente sede da freguesia onde Vila Pouca do Campo se integra e à semelhança do que acontece igualmente com Taveiro e Formoselha, parece ter sido já uma “villa” romana (COELHO, 1983, 6 e 10). Sobre movimentos internos de população que tenham como ponto de partida ou de chegada estas áreas e que, eventualmente, tivessem funcionado como veículo de expansão dos dialectalismos em análise, as fontes históricas que consultámos não nos forneceram, no entanto, dados conclusivos, além da informação geral de que é muito importante a participação das gentes do Norte no fenómeno de repovoamento em Portugal e de que, na área de Coimbra, foi decisiva a função repovoadora e cultural desempenhada pelos cónegos regantes de Santa Cruz, mentores intelectuais do movimento que herdou o que ainda restava das tradições moçárabes, obviamente diferentes das que predominavam ao norte do Douro (MATTOSO, 1993a, 68).

Independentemente do facto de se aceitar, como explicação para a ocorrência de [ü] e [ö] (e nalguns casos E<A), a influência linguística exercida pelos cavaleiros franceses, não deixa de chamar a atenção o pormenor de as vogais mistas ocorrerem em associação, enquanto a inflexão de A>E é específica, actualmente, da região destacada do Centro Interior (a outra zona ibérica marcada por este fenómeno é, como salientámos, não portuguesa). As áreas mais compactas de ocorrência de [ü] (Beira Baixa / Alto Alentejo e Barlavento algarvio) partilham, então, a existência de outra vogal mista, [ö] ou [ô], mas apresentam diferentes estruturas sistémicas que podem ser relacionadas com o diferente comportamento da unidade central. Assim, a distribuição geográfica dos diferentes fenómenos e a limitação contextual a que a alteração da vogal central está submetida levam a considerar a possibilidade de explicações divergentes para os dois tipos de palatalização. Se, pelo contrário, se avançar na ideia de uma mesma motivação histórica, há que considerar duas hipóteses na explicação do não adiantamento articulatório (pelo menos em termos expressivos e regulares) da unidade central no Algarve:

1. a palatalização A>E é posterior à de U>Ü e estaria em fase incipiente no momento da deslocação, para Sul, das populações do Centro Interior; pelo contrário, a “implantação” de [ü] numa área que não conhecia esse timbre vocálico

exigiria que a transformação do primitivo timbre velar estivesse em fase adiantada de realização ou, mesmo, consumada. Aliás, G. ROHLFS (1966, 58) refere precisamente o facto de as colónias galo-italicas da região meridional (Sicília e Lucânia), que se supõe serem provenientes do Piemonte meridional e onde se conservam com bastante fidelidade os sons da Itália setentrional, desconhecem a passagem de *u* a *ü* como um indício do estado incipiente em que se encontra o fenómeno na altura da deslocação dos núcleos populacionais do Norte, tornando assim possível, num ambiente linguístico estranho, a regressão para *u*;

2. os dois fenómenos, podendo embora ser contemporâneos, foram selectivamente adoptados, em função do seu diferente valor fonológico: o segmento [ü] (que é, reconhecidamente, a marca mais expressiva das diferentes áreas dialectais onde se conjuga com outras particularidades do domínio do vocalismo) mantém dois traços identificatórios que o individualizam perfeitamente no interior do sistema e que, aliás, permitem a flutuação fonética sem qualquer risco de colisão com outras unidades fonológicas: o grau mínimo de abertura e a labialidade. A flutuação, mesmo individual, de timbres localizados em toda a zona limitada pelas regiões velar e palatal é, de facto, um aspecto saliente que Luísa S. da Cruz analisa laboratorialmente para o Barlavento algarvio e a que nós também prestamos atenção em Vila Pouca do Campo. Por outro lado, ao avançar o seu ponto de articulação, /a/ perde o traço [-rec] que o distingue de /ε/, conduzindo, este processo, à indistinção ou fusão de unidades fonológicas, caso o sistema não responda, com outras alterações, a essa perda de funcionalidade.

NOTAS

- ¹ Note-se que os traços [+arr] e [-arr] distinguem duas sub-classes de vogais [+rec]: aquelas que a fonética tradicional denomina como centrais e as que recebem a designação de posteriores. Enquanto as arredondadas apresentam uma forte proeminência espectral na região das baixas frequências (abaixo de 1000Hz), as vogais [+rec] e [-arr] caracterizam-se pela ausência dessa particularidade (MATEUS, 1990, 172).
- ² Note-se que [ø], vogal [+rec] e [+alt] tal como /u/, mas, ao contrário deste, [-arr], resulta da aplicação de uma regra de elevação e/ou recuo sobre /e/, /ε/ ou /i/, [-ac] e átona final, no último caso (MATEUS, 1990, 328-329).
- ³ Das línguas literárias exceptua-se o romeno que segue um sistema de compromisso entre os sistemas vocálicos fundamentais através dos quais se processou a evolução do sistema latino: o sistema itálico e o sardo (neste, toda a estrutura é afectada por fusões semelhantes à que marcou a evolução das vogais centrais latinas, daí resultando apenas 5 unidades); é ainda possível falar de um sistema siciliano, sincronicamente semelhante ao sardo, mas resultando de fenómenos de fusão diferenciados.
- ⁴ Sobre as influências a que estão sujeitas as vogais latinas no processo evolutivo que conduziu ao francês, cf. BOURCIEZ (1967, 47-53, "Tableau récapitulatif n° 1", "Tableau récapitulatif n° 2") e HARRIS (1988, 211).
- ⁵ Designação utilizada por P. BEC (1970, 21) para referir uma variedade dialectal da Itália do Norte que inclui o piemontês, o lombardo, o liguriano ou genovês e o emiliano-romanhol.
- ⁶ Referimo-nos, concretamente, ao *Atlas linguístico da Península Ibérica* (ALPI), ao *Atlas linguarum*

- Europae* (ALE) e ao *Atlas linguístico e etnográfico de Portugal e da Galiza* (ALEPG). Para as referências a [ü], cf. CRUZ (1987, 290-297).
- ⁷ Sobre a localização exacta dos pontos do ILB que a atestam, bem como sobre os resultados da transformação de /a/ tónico, cf. ainda SILVA (1962, 309-311).
- ⁸ De acordo com a descrição dialectal em referência, esse fenómeno ocorre igualmente numa zona do Baixo Alentejo e no "subfalar algarvio".
- ⁹ A explicação através do condicionamento contextual foi apresentada inicialmente por Dámaso ALONSO e Valentín GARCÍA YEBRA (1961). Ao proceder ao mesmo tipo de descrição do fenómeno, FERNÁNDEZ GONZÁLEZ (1993, 2, nota 3) frisa que, mesmo «en el grupo convencional galorrománico no hay homogeneidad ni coincidencia del fenómeno. Así, mientras en francés ocurre en posición libre-tónica y con posterioridad al siglo VI (...), en italiano del norte, sin embargo, encontramos las situaciones más diversas».
- ¹⁰ Para uma análise desse aspecto da questão, cf. CRUZ (1987, 293-295).
- ¹¹ Esses sistemas podem ser representados do seguinte modo: /i/, /e/, /ɛ/, /ɛ/, /a/, /ɔ/, /o/, /ø/, /ü/, e /i/, /e/, /ɛ/, /æ/, /a/, /ɔ/, /o/, /ü/, respectivamente (FERREIRA, 1992, 33, mapa 2).
- ¹² Cf. a síntese elaborada por Luísa S. da CRUZ, 1987 (263-268).
- ¹³ Ainda em 1527, altura em que se lança a empresa de construir o primeiro cadastro nacional, se constata que uma grande percentagem de população continuava na dependência das Ordens Militares (MATTOSO, 1993b, 198-201).
- ¹⁴ Cf. *Carta Histórica* de Rui de Azevedo reproduzida (numa versão simplificada) in MARQUES (1985, 143).
- ¹⁵ «Não me parece haver dúvida, portanto, de que se registou durante os sécs. XII e XIII um grande aumento da população do Norte de Portugal e que ele deve mesmo ter atingido aí níveis de verdadeira saturação». (MATTOSO, 1993a, 247). Cf. ainda MARQUES (1984, 34).

BIBLIOGRAFIA

- ALONSO, Dámaso e GARCÍA YEBRA, Valentín (1961) – "El gallego-leonés de Ancares y su interés para la dialectología portuguesa". *Cuadernos de estudios gallegos*, tomo XVI, nº 48, p. 43-79. (Texto incluído no vol. I das Obras Completas do primeiro autor, *Estudios lingüísticos peninsulares*. Madrid [Editorial Gredos], 1972, p. 315-357).
- AZEVEDO, Rui de (1937) – "Período de formação territorial: expansão pela conquista e sua consolidação pelo povoamento. As terras doadas. Agentes colonizadores". BAIÃO, António *et alii* (dir.), *História da expansão portuguesa no mundo*. Lisboa (Editorial Ática), p. 7-64.
- BEC, Pierre (1970) – *Manuel pratique de philologie romane*, tomo I. Paris (Editions Picard).
- (1971) – *Manuel pratique de philologie romane*, tomo II. Paris (Editions Picard).
- BOLÉO, M. de Paiva (1969-1971) – "Vida do Instituto de Estudos Românicos. Trabalhos de investigação linguística". *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XV.
- BOLÉO, M. de Paiva e SILVA, M. Helena Santos (1974) – "O Mapa dos dialectos e falares de Portugal continental". Sep. das *Actas do IX Congresso Internacional de Linguística Românica*, tomo III (= *Boletim de Filologia*, tomo XX, 1961, fasc. 1-2). Lisboa, 1962. Publicado, com aditamentos, na colectânea do autor (cuja paginação tomamos como referência), *Estudos de linguística portuguesa e românica*, vol. I, tomo I. Coimbra (Acta Universitatis Conimbrigensis), p. 309-352.
- BOURCIEZ, Édouard e Jean (1967) – *Phonétique française. Etude historique*. Paris (Klincksieck).
- CLARK, John e Colin Yallop (1990) – *An Introduction to Phonetics and Phonology*. Oxford (B. Blackwell).
- COELHO, M. Helena Cruz (1983) – *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*. Coimbra (Faculdade de Letras).
- CRUZ, M. Luísa Segura da (1987) – *A fronteira dialectal do Barlavento do Algarve*. Dissertação em Linguística Portuguesa para acesso à categoria de Investigador Auxiliar. Lisboa (Centro de Linguística da Universidade de Lisboa). (Texto inédito).
- DEVOTO, Giacomo (1978) – *The Languages of Italy*. Chicago (The University of Chicago Press).

PALATALIZAÇÃO VOCÁLICA

- DUARTE, M. Clementina (1950) – *Alguns aspectos geográficos da dialectologia portuguesa. Isófonas e isoglossas*. Tese de Licenciatura em Filologia Românica (inédita). Coimbra.
- FERNANDEZ GONZÁLEZ, J. R. (1993) – “La inflexión de /A/= /E/ en la Romania. El fenómeno en la Beira Baixa portuguesa y en el Valle de Ancares” (León). Sep. da *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. xx.
- FERREIRA, Manuela Barros (1992) – “Dialectologia da área galego-portuguesa”. FERRONHA, António Luís (coord.), *Atlas da língua portuguesa na história e no mundo*. Lisboa (Imprensa Nacional Casa da Moeda - Comissão Nacional para os Descobrimientos Portugueses - União Latina), p. 30-38.
- HARRIS, Martin (1988) – “French”. HARRIS, Martin e VINCENT, Nigel (eds.), *The Romance Languages*. London (Croom Helm).
- LADEFOGED, Peter (1982) – *A Course in Phonetics*, 2ª ed. S. Diego (Harcourt Brace Jovanovich, Publishers).
- LOURO, José Inês (1954-1955) – “Estudo e classificação das vogais”. *Boletim de Filologia*, tomo XV, p. 215-248.
- MAIA, Clarinda de A. (1986) – *História do Galego-Português. Estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o séc. XIII ao séc. XVI* (Com referência à situação do galego moderno). Coimbra (INIC).
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1985) – *História de Portugal*, vol. I, 12ª ed. Lisboa (Palas Editores).
- MARQUES, M. Alegria Fernandes (1984) – *Reconquista e repovoamento entre Mondego e Tejo no séc. XII*. Sumário da lição apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra como Prova de Aptidão Pedagógica. Coimbra. (Texto inédito).
- MATEUS, M. Helena M. (1982) – *Aspectos da fonologia portuguesa*. Lisboa (INIC/CLUL).
- MATEUS, M. Helena M. et alli, (1990) – *Fonética, Fonologia e Morfologia do Português*. Lisboa (Universidade Aberta).
- MATTOSO, José (dir.) (1993a) – *História de Portugal*, 2ª vol. Lisboa (Círculo de Leitores).
- (1993b) – *História de Portugal*, 3ª vol. Lisboa (Círculo de Leitores).
- ROHLFS, Gerhard (1966) – *Grammatica storica della lingua italiana e dei suoi dialetti. Fonetica*. Torino (Giulio Einaudi Editore).
- SANTOS, Isabel M. Almeida (1994) – *Análise sociolinguística de fenómenos dialectais. A vogal mista [ü] numa localidade do Baixo Mondego*. Dissertação de mestrado em Linguística Portuguesa, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra. (Texto inédito).
- SILVA, M. Helena Santos (1962) – “Características fonéticas do falar minhoto”. *Boletim de Filologia*, tomo XX, fasc. 3 e 4.
- TUAILLON, Gaston (1968) – “Aspects géographiques de la palatalisation u>ü, en gallo-roman et notamment en francoprovençal”. *Revue de Linguistique Romane*, nº 125-126, p. 100-125.
- VINCENT, Nigel (1988) – “Latin”. HARRIS, Martin e VINCENT, Nigel (eds.), *The Romance Languages*. London (Croom Helm), p. 26-78.